

A agricultura, apesar de ser ainda uma actividade marcante na ocupação do espaço, já não hegemoniza a sua utilização, nem a vida social e económica dos povoados rurais. Nestes, as relações organizadas em torno de interesses utilitários vão-se sobrepondo ao peso das redes familiares e das relações de interdependência. Também os hábitos, costumes e comportamentos tendem a não se diferenciar dos do mundo urbano. A terra, a grande propriedade fundiária, já não governa vilas e aldeias. A sociedade rural tradicional deu lugar a um rural de pequenos aglomerados, cuja diferenciação relativamente ao mundo urbano tende a decorrer sobretudo dos limites de dimensão destes e dos modos como a população se distribui pelo espaço.¹

Estas transformações não se desenvolveram de modo uniforme em todo o espaço. Os seus diferentes ritmos e configurações inserem-se na própria história de cada território mas traduzem também os efeitos locais de processos e ocorrências, como o êxodo rural, a industrialização e a ins-talação de serviços, a generalização da educação e de unidades de saúde, a articulação das populações com mercados de trabalho regionais e urbanos, o acesso a equipamentos e a meios de comunicação, a melhoria e a intensificação da rede rodoviária, o novo interesse das populações urbanas pelos campos, a preocupação ambiental da sociedade e a própria evolução tecnológica da agricultura. As actuais linhas de diferenciação sucedem-se à anterior diversidade marcada pelos sistemas agrários predominantes em cada região.

O rural perdeu especificidade nas dimensões social e económica e os critérios que o delimitam do mundo urbano ou que nele diferenciavam tipos,

1 Este capítulo foi publicado em J. Portela e J. Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, 2003, pp. 47-66.

resultam hoje mais das actividades da população e do modo como esta se distribui pelo espaço do que de decisivas diferenças sociológicas.

Explicitada esta perspectiva, convém precisar o objectivo deste texto: analisar a relação entre o rural e o espaço, e avaliar algumas das dinâmicas que o percorrem actualmente. Relativamente ao primeiro destes objectivos vão referir-se a floresta, a agricultura e os incultos, que são hoje as faces mais visíveis dos campos portugueses, onde também têm presença crescente actividades de lazer e de turismo rural, bem como a questão ambiental.

A floresta

A floresta, que ocupa actualmente quase quatro décimos do espaço do Continente português, encontra-se repartida por proprietários de índoles diversas. Ao Estado (matas nacionais) cabem 3% da área florestal, às grandes empresas industriais e exportadoras quase 10%, os baldios detêm 11% e o amplo grupo que se vai designar por proprietários florestais privados, 73%. Os restantes 3% para que se dispõe de muito escassa informação, repartem-se por autarquias, misericórdias e outras entidades diversificadas.

Omega-se pelos proprietários florestais privados, cujas práticas e critérios de gestão se procuraram identificar num projecto de investigação que decorreu entre 1998 e 2002 (cf. Baptista e Santos, 2005). Neste projecto foram inquiridos 2406 proprietários, repartidos por 27 freguesias do Continente e os resultados obtidos levaram à identificação de cinco grandes tipos: *empresa-florestal*; *exploração-reserva*; *trabalho-reserva*; *propriedade-reserva* e *investimento-reserva*.

Este último tipo corresponde a 10% do número de proprietários florestais privados (e não ao total de proprietários florestais) que detêm 5% da área florestal do Continente. Os proprietários deste tipo investem, obtêm produções que na sua maioria realizam com acerto rentabilista, mas não executam intervenções produtivas, ou seja, não se empenham em trabalhos de manutenção e beneficiação dos seus povoamentos. Realizam os investimentos e depois colhem nas reservas de floresta em que aplicaram capital mas não trabalham. É esta a lógica económica deste tipo. Trata-se, em geral, de médias propriedades que, relativamente ao conjunto dos outros tipos, se diferenciavam, tanto por uma maior representação nos escalões de área dos cinco aos cem hectares e pela presença do eucalipto, como por uma menor expressão relativa no escalão abaixo de um hectare e na presença do pinheiro bravo.

Nas matas do tipo que se designou por *propriedade-reserva* não se trabalha nem se investe. São reservas de onde, quando é o caso disso, se extraem produtos da floresta embora, numa percentagem significativa de casos, sem qualquer acerto rentabilista. Este tipo de gestão está sobretudo associado à pequena dimensão, ao pinheiro bravo e ao carvalho. Este tipo integra 7% da área florestal do Continente e 28% dos proprietários florestais privados.

O tipo referido como *trabalho-reserva* — 31% dos proprietários e 12% da área florestal do Continente — está, como o anterior, também mais associado à pequena dimensão e ao pinheiro bravo mas, no lugar do carvalho aparece agora o castanheiro. Nestas propriedades, trabalha-se, produz-se com acerto rentabilista, mas não se investe, ou seja, são geridas como reservas cuja capacidade produtiva se procura acautelar com trabalho mas sem qualquer investimento.

Nas propriedades do tipo *exploração-reserva* — 14% dos proprietários e 9% da área — há uma presença, significativamente relevante em comparação com os outros tipos, do eucalipto e dos escalões de dimensão entre os cinco e os vinte hectares. São unidades onde se investe e trabalha mas de onde apenas se retiram rendimentos de modo muito irregular e sem qualquer acerto rentabilista. Ou seja, são propriedades geridas como reservas a que se recorre para acudir a qualquer dispêndio imprevisto ou excepcional mas sem qualquer preocupação com o calendário da economia da floresta. Este procedimento que aparece como desacerçado no referencial desta economia pode, no entanto, ganhar a sua coerência no quadro da economia familiar do proprietário.

Finalmente o tipo *empresa-florestal* — 17% dos proprietários e 40% da área — integra, em média, propriedades de grande dimensão e a concentração destas nos escalões de área acima de vinte hectares é mais expressiva que em qualquer dos outros tipos. O sobreiro e a azinheira, como espécies mais presentes na área florestal, têm também uma visibilidade maior que em qualquer dos outros tipos, sucedendo o inverso em relação ao pinheiro bravo, carvalho e castanheiro. Apenas o eucalipto aparece numa proporção que se aproxima da do conjunto dos tipos. A regularidade e a importância dos rendimentos da floresta para os proprietários são muito superiores ao que se verifica em qualquer dos outros tipos. São também unidades onde se investe e trabalha, e que produzem segundo adequados critérios técnico-económicos.

O balanço, na perspectiva deste texto, da apresentação esquemática dos tipos de proprietários florestais privados permite algumas conclusões. Para 45% dos proprietários (*trabalho-reserva* e *exploração-reserva*) que detêm 21% da área florestal do Continente, a floresta é uma reserva que se acautela com trabalho, a que uma parte (*exploração-reserva*) junta ainda investimento e uma gestão sem qualquer acerto rentabilista. Esta relação de trabalho com a floresta reserva remete, de algum modo, para o modelo tradicional da floresta camponesa em que as matas se encontram subordinadas à economia familiar e onde são utilizadas como reserva para ocorrer a despesas que, de algum modo, saem da rotina da vida familiar ou da exploração.

Para outro grupo (*investimento-reserva* e *propriedade-reserva*) — 38% dos proprietários e 12% da área — a floresta surge como uma reserva desligada de qualquer relação de trabalho que tivesse como objectivo acautelar a sua capacidade produtiva. A floresta é aqui um espaço de recollecção.

Por último, para 17% dos proprietários-florestais individuais (*empresaria-florestal*) e 40% da área florestal do Continente, identificou-se uma gestão empresarial. Actualmente, esta é conduzida num quadro em que a floresta se encontra largamente dissociada dos sistemas agrícolas locais. A evidência desta afirmação ressalta se se referir que actualmente apenas um quarto dos proprietários deste tipo aproveita as pastagens do sob-coberto e apenas 15% utilizam nas suas explorações agrícolas os matos e carumãs. O referencial da gestão destas florestas é hoje apenas a relação floresta-mercado e não, como antes se verificava, o contexto territorial sistema agrícola-floresta-mercado.

Esta última conclusão é, evidentemente, ainda mais nítida no caso das grandes empresas industriais e exportadoras — 10% da área florestal do Continente — e mesmo no caso das matas nacionais — 3% da área — pois sejam, neste último caso, os objectivos da gestão, a produção de madeira de construção de qualidade ou a conservação, esta tem sido sempre conduzida dissociando as florestas dos seus contextos agrícolas e territoriais locais.

Finalmente uma nota sobre os baldios, para referir, como se mostrou na primeira parte deste livro, que a sua utilização evidencia actualmente uma crescente separação entre as economias individuais da população rural e os terrenos comunitários.

Os incultos

A história dos incultos² no último século e meio é marcada por vários levantamentos e estimativas de que apenas se vai referir, para a segunda metade de oitocentos, a de G. Pery (1875). Mais de cinco milhões e meio de hectares, uma percentagem superior a sessenta por cento da área do Continente, era a expressão territorial admitida para os incultos. Estes eram, no entanto, largamente aproveitados como "territórios alimentares" (Radich, 1999) dos gados e como fonte de matos e carumãs, que incorporados nos estrumes, iam fertilizar as terras agrícolas. Os incultos aparecem assim como indispensáveis ao funcionamento dos sistemas agrícolas e, em simultâneo, eram continuamente apontados, nas polémicas políticas, como os campos a aproveitar para resolver a questão das subsistências e ocupar o excesso de braços de algumas zonas do norte do País.

Os incultos vieram a cumprir o desígnio de serem cultivados, pois o aumento da população foi empurrando a crescente população que trabalhava na agricultura para a ocupação agrícola do Continente. As tecnologias que se iam impondo favoreciam, de resto, esta ocupação, quer facilitando a

extensão do cultivo — os adubos fosfatados permitiriam a entrada do trigo em muitas manchas do Alentejo — quer permitindo, com os progressos na adubação, no melhoramento vegetal e animal, na sanidade animal e mesmo na protecção das culturas, a intensificação do aproveitamento das terras e, simultaneamente, atenuar a anterior função complementar dos incultos.

Num balanço publicado na segunda metade dos anos quarenta do século XX, três ilustres agrónomos — M. A. Gomes, H. Barros e E. C. Caldas — detalavam ainda a questão dos incultos, dado o sucesso do que se pode designar por fase demográfica da agricultura, em que as tecnologias prevalentes apoiavam — e não substituíam — o continuado crescimento de braços empenhados em avançar no cultivo dos incultos.

Sucederam-se duas décadas em que o mundo agrícola e rural alcançou a sua maior expressão demográfica e territorial. Os incultos estavam então arredados do panorama agrícola do país. Esta situação viria a ser alterada com a grande emigração dos anos sessenta do século passado e com as suas consequências na diminuição dos que ficavam para trabalhar nos campos. Impôs-se, então, a progressiva expansão da motomecanização e dos herbicidas — tecnologias que permitiam poupar trabalho — e, simultaneamente, incrementou-se a aplicação e a eficiência das tecnologias que já se haviam expandido nos períodos anteriores. A agricultura passava de uma fase demográfica a uma fase tecnológica, em que menos trabalhadores podiam agora produzir mais em menos área. Recomeçaram os incultos nas manchas que, neste processo, iam sendo deixadas fora do cultivo. Na segunda metade dos anos sessenta este movimento começava a ser visível.

O avanço dos incultos é, no entanto, um movimento com várias escalas de leitura. Ao nível da grande região têm de se considerar as dinâmicas dos movimentos populacionais, da transformação das relações com as cidades, da implantação de indústrias e de serviços, das mudanças no quadro de vida (equipamentos, acessibilidades, etc), dos processos tecnológicos, dos efeitos das políticas e das relações com os mercados (de trabalho, de meios de produção e de produtos). Ao nível da exploração agrícola influem as expectativas e as possibilidades, avaliadas no contexto das estratégias das famílias agrícolas e dos empresários patronais. Finalmente, ao nível da parcela, contam, sobretudo, as condições agroecológicas da produção.

O ressurgimento dos incultos teve apenas um retrocesso nos anos da Reforma Agrária (1975-77) e no espaço ocupado por esta, mas, passado este acontecimento, o movimento de expansão retomou e acentuou-se mesmo nos anos noventa, com a reforma de 1992 da Política Agrícola Comum.

Os incultos não são agora uma fronteira de expansão do mundo agrícola e rural, mas manchas que marcam os limites, ainda em retração, do aproveitamento agrícola do espaço e de onde, além de algum pastoreio de ovinos e caprinos, já não vem nenhum complemento ao funcionamento dos sistemas agrícolas. Estes incultos — actualmente mais de um quinto da área

2 Cf. Alonso (2000), Ferreira (1999), Gomes *et al.* (1945), Radich e Alves (2000), Rodrigues (2000) e Silva (2001).

do Continente — já não são terras que aguardam cultivo: pelo contrário, são áreas que sobram da agricultura mas eventualmente abertas a outras actividades (ambientais, de lazer, etc.) que se venham a desenvolver no espaço. Os incultos não são hoje territórios do rural. São apenas espaço.

A agricultura

Dado o objectivo deste texto, a análise vai centrar-se na área das explorações agrícolas efectivamente cultivada — a superfície agrícola utilizada (SAU) — e não na superfície total das explorações, onde também se incluem as matas e florestas sem culturas sob-coberto, a superfície agrícola não utilizada e outras superfícies.

Feito este esclarecimento, importa explicitar que, para apreciar os referenciais de utilização do espaço agrícola, se procedeu à quantificação do modo como a SAU se reparte por modalidades de articulação das explorações agrícolas com o sistema socioeconómico e pelo seu referencial na obtenção do resultado económico.³

Neste último ponto, consideraram-se duas possibilidades ajustadas à situação actual da economia agrícola. A primeira corresponde aos empresários/agricultores que organizam a produção e tomam as suas decisões visando em elevada percentagem as ajudas directas (AD), ou seja os subsídios desligados da produção. Para a obtenção destes apoios interessa apenas simular o processo de produção, pois não é relevante o resultado deste, dado que os montantes a obter dependem somente da amplitude da simulação: áreas e efectivo animal existente. A segunda possibilidade refere-se aos empresários/agricultores que organizam a produção e tomam as suas decisões tendo, sobretudo, o mercado como referencial, haja ou não políticas de suporte de preços (SP).

Relativamente às modalidades de articulação distinguiram-se três grandes grupos: as explorações familiares que não constituem a principal fonte do rendimento das famílias; as empresas capitalistas e as explorações familiares que constituem a principal fonte do rendimento das famílias; um conjunto de entidades de natureza diversa (Estado e pessoas públicas, baldios e outros), que não se pode englobar em nenhum dos grupos anteriores.

O primeiro destes grupos foi dividido em três modalidades, separadas pela natureza da principal fonte do rendimento das famílias exterior à exploração: salários da indústria ou dos serviços; pensões rurais e reformas; outras origens (salários da agricultura, actividade empresarial, juros e dividendos, remessas de emigrantes e outras). Numerosos estudos que vêm sendo feitos sobre explorações destas modalidades evidenciam que as decisões em relação à

exploração estão geralmente subordinadas ao modelo de trabalho e à lógica da economia global da família (cf., por exemplo, os trabalhos de Arnalte sobre a agricultura valenciana e de Fragata e Portela, 2000, sobre os agricultores idosos). Ou seja, as decisões sobre a exploração são fortemente condicionadas pelas actividades e rendimentos da família, exteriores à própria actividade agrícola.

Pelo contrário, no segundo grupo antes identificado, e que se reparte em duas modalidades (empresários individuais e sociedades; explorações familiares) a produção agrícola está no centro das decisões a tomar. O modo de a conduzir depende, neste caso, apenas da avaliação que os interessados fazem das oportunidades e possibilidades que se lhes deparam no quadro das políticas e dos mercados ligados à utilização das superfícies agrícolas.

Apresentada a grelha de análise, sintetizaram-se no quadro 8.1 os resultados obtidos relativos à repartição da superfície agrícola utilizada (SAU), por modalidade de articulação e por referencial na obtenção do resultado económico. Apenas três conclusões.

As ajudas directas têm uma grande importância no modo como é explorada a SAU. É uma situação em que os agricultores e os empresários se limitam a simular a utilização económica do espaço para rentabilizarem os seus direitos legais de posse da terra. De facto, são estes a justificação efectiva dos subsídios recebidos e não qualquer actividade económica que apenas tem de ser simulada para dimensionar os subsídios correspondentes àqueles direitos. Arnalte (2002) refere que apesar destes subsídios se destinarem teoricamente a aumentar os rendimentos nas áreas rurais, este objectivo sofre desvios que o comprometem decisivamente. Assim, os subsídios ficam geralmente retidos logo nas cidades onde residem os titulares das unidades agrícolas, sobretudo os de maior dimensão. Sucede ainda que nas terras arrendadas ou dadas de parceria as ajudas directas são, quase sempre, absorvidas nas rendas, também aqui muitas vezes de proprietários urbanos.

A estratégia de simular actividade económica para captar uma renda fundiária (é o que são afinal as ajudas directas), tem conduzido as explorações que a praticam a um immobilismo económico, que as converte num obstáculo ao desenvolvimento. Esta consequência foi documentada para o Sul de Portugal (Veiga, 2000) e tem também sido referida para os campos de Espanha (Ceña, 1996 e Arnalte, 2002).

A esta situação, acresce que quase um sexto da área de SAU é gerido com o mercado como referencial, mas por unidades agrícolas em que as decisões tomadas estão sujeitas a actividades e rendimentos exteriores à exploração. Ou seja, as opções tomadas em cada unidade agrícola relativamente à utilização do espaço estão subordinadas a outras actividades e rendimentos da família.

Assim, só em menos de 40% da SAU, os gestores das unidades agrícolas (*produção agrícola: empresários individuais e sociedades, e agricultores familiares*; considera-se também aqui o grupo designado por outros) centram nitidamente

Quadro 8.1 Superfície agrícola utilizada do Continente, em percentagem, por modalidade de articulação e por referencial na obtenção do resultado económico

Modalidades de articulação das explorações ou das famílias agrícolas (no caso da agricultura familiar) com o sistema socioeconómico	AT/RLT > 50%		AT/RLT < 50%	Total
	AD/AT > 50%	SP/AT > 50%		
Produção agrícola - empresários individuais e sociedades	27,0	6,4	10,6	44,0
Produção agrícola - explorações familiares	12,3	7,0	12,0	31,3
Salários da indústria e dos serviços - explorações familiares	1,8	1,5	4,8	8,1
Pensões rurais/reformas - explorações familiares	2,2	1,5	6,0	9,7
Outras origens - explorações familiares	0,9	0,5	1,9	3,3
Outros	0,9	0,2	2,5	3,6
Total	45,1	17,1	37,8	100,0

AT: Ajudas totais; RLT: Rendimento líquido total; AD: Ajudas directas; SP: Suporte de preços.

nos mercados, a que a agricultura está ligada, as decisões em relação à produção agrícola.

A questão ambiental

A questão ambiental⁴ chegou tarde aos campos portugueses. Foi só em 1987, com a Lei de Bases do Ambiente, que se transitou definitivamente da perspectiva da conservação da natureza para a ambição, mais ampla, de, como refere a Lei, assegurar e defender "um ambiente humano e ecologicamente equilibrado".

A concretização legal da fase da conservação da natureza, iniciou-se em 1970 com o Parque Nacional da Peneda-Gerês e teve ainda dois momentos destacados com a promulgação dos diplomas que vieram a ter maior impacto na gestão do espaço. Assim, em 1975, foi criada a Reserva Agrícola Nacional com o objectivo de assegurar a reserva para a agricultura dos solos considerados mais aptos para esta actividade. No ano seguinte, foi delimitada a Reserva Ecológica Nacional que visava a protecção de ecossistemas e de processos biológicos. Para além destes diplomas, a gestão ambiental tem vindo a ser dada de um grande número de dispositivos legais, com objectivos muito diversificados. A esmagadora maioria destes diplomas enquadra-se numa regulação ambiental que tem o Estado a nível central — o Estado/Governo — como sujeito da sua aplicação e o exercício do poder de Estado como meio da

sua concretização. É uma legislação que evidencia, quase sempre, uma grande desconfiança da gestão local (autarquias) e que — para além das opiniões que haja sobre este ponto — acaba por impor, na gestão ambiental do espaço que se reparte entre os aglomerados rurais, uma subordinação dos poderes locais à ordem central.

Para esta situação contribui, para além de razões ligadas à própria estrutura do Estado e ao modo como este assegura as suas competências, a desconfiança relativamente aos meios agrícolas e rurais que, como é reconhecido, são dos mais avessos a aceitar uma adequada gestão do ambiente. Por outro lado, é ainda sobretudo nas cidades que se concentram, "em círculos socialmente restritos, de origem urbana e com níveis culturais e de instrução geralmente superiores aos da média da população" (Rodrigo, 2003), os dinamizadores dos principais movimentos ecologistas.

Além das políticas incluídas nesta vertente da regulação ambiental tem vindo a ser aplicada desde 1992, por iniciativa de Bruxelas, a política agroambiental, assente noutro modelo de regulação. Esta política marca, em Portugal, os primeiros passos efectivos de preocupação com o relacionamento entre as práticas agrícolas e o ambiente, e visa favorecer a emergência de uma agricultura respeitadora do ambiente. Para alcançar estas metas utilizam-se meios financeiros que se destinam a compensar os agricultores pelo custo das boas práticas ambientais.

Estamos assim diante de uma regulação ambiental que se apoia nos mecanismos da esfera económica e não, como a anterior, em determinações que é obrigatório acatar e cumprir. Os meios da sua aplicação são financeiros e não jurídicos. O sujeito da sua aplicação é também o Estado/Governo.

O balanço da política agroambiental é, no entanto, perverso: as medidas que a compõem têm vindo a ser aplicadas mais como um apoio ao rendimento dos empresários e agricultores do que com a obtenção de significativos benefícios ambientais. Afinal, também neste caso, não se conseguiu uma relação equilibrada do Estado/Governo com a gestão ambiental do espaço: a relação deste com os interesses privados sobre pôs-se às preocupações ambientais.

Novas actividades

Nos últimos anos tem-se acentuado a procura de novas actividades nos aglomerados rurais e nos espaços que os circundam. São procuras diversificadas que vão de práticas desportivas, ao lazer ou à busca de reservatórios de bens naturais, culturais e humanos, onde aparece como possível uma relação íntima com a Natureza e o reencontro com os sabores e a sabedoria das gerações antigas (Ribeiro, 2000). Este movimento tem contribuído, em muitas zonas, para diversificar e fortalecer as economias locais. Neste ponto e na perspectiva deste texto, há apenas duas notas a registar. Na primeira toma-se como ponto de apoio um

4 Cf. Gómez Benito *et al.* (1999), Just (2000), Magalhães (2001), Moyano e Garrido (1996), Pardal (2002) e Rodrigo (2001).

estudo (Ribeiro, 1998) sobre o turismo no Douro, onde se evidencia com clareza que a organização da oferta é comandada por agentes exteriores ao rural, embora se tenham vindo a estabelecer complementaridades entre estes e os interesses locais. A posição destes foi, no entanto, muito débil nas primeiras fases deste turismo. No Douro, como em muitas outras regiões, a actuação de agentes exteriores é, certamente, decisiva para promover iniciativas que têm, em muitos casos, repercussões positivas na vida rural. Convém, no entanto, para situar os limites desta rentabilização do espaço e do rural, reter a conclusão de Perez-Yruela (2002): os actores externos "salvam ou afundam o desenvolvimento local em função das estratégias de negócio com que operam".

A segunda nota refere-se sobretudo a zonas onde imperam grandes domínios fundiários e em que os seus detentores procuram, deliberadamente, separar o rural do espaço que o rodeia. É o que se passa actualmente em muitas zonas, nomeadamente no Alentejo, onde a grande propriedade, com frequência a pretexto de novas actividades (para consumo próprio ou para negócio), mas também da agricultura e da floresta, vem fechando caminhos e acessos a cursos de água.

Esta ruptura tem uma história longa e Orlando Ribeiro (1991), retomando um texto de 1971, alude-lhe a propósito das aldeias alentejanas: "algumas aglomerações, afogadas pela grande propriedade, têm muito reduzida a área dos seus logradouros e noutras, por falta de terrenos de pasto, não há devesa". E noutra passagem: "Em torno delas (das aldeias) há, e nem sempre, uma exígua cintura de pequena propriedade; o conjunto fica rodeado pelas herdades e, uma ou outra vez, encravado numa única. (...) Dentro do seu âmbito acanhado, a aldeia, quanto mais aumenta em população, mais se cerra". M. Drain (2002), refere-a também para os anos que antecederam o 25 de Abril. Foi, depois, a Reforma Agrária (1975-77) que permitiu a reapropriação do espaço pelo rural, onde imperaram os assalariados agrícolas. Hoje, assiste-se de novo a uma ruptura.

O espaço e o rural

Feito este percurso pelos usos do espaço, pode agora ensaiar-se uma primeira conclusão. Na questão ambiental e nas novas actividades há uma subordinação clara a entidades exteriores ao rural. O mesmo se passa no caso das flores das grandes empresas florestais e industriais e do Estado.

Em duas outras situações, a utilização do espaço é comandada por objectivos exteriores ao rural/território. A primeira, refere-se às unidades agrícolas familiares, cuja principal origem do rendimento das famílias é exterior à exploração. A segunda é integrada pelo conjunto das explorações agrícolas que visam sobretudo os subsídios desligados da produção. Como se referiu, neste caso há sobretudo uma simulação de utilização agrícola do espaço.

Nos proprietários florestais privados do tipo *empresa-floresta*, a relação com o mercado sobrepe-se à articulação com o contexto territorial agrícola, além do que nestes casos, como nas unidades agrícolas *produção agrícola — empresários individuais e sociedades* — e nas da modalidade *outros*, a grande propriedade tende a impor, como se notou no ponto sobre as novas actividades, a ruptura do espaço com o rural. Situação que também se verifica com os incultos, que estão agora separados do rural.

Finalmente, restam as manchas que ainda são território do rural. É o caso das florestas dos tipos *trabalho-reserva* e *exploração-reserva*, e das explorações agrícolas familiares centradas na produção agrícola e que têm o mercado como referencial. Os baldios, com um panorama ambíguo, já dificilmente cabem neste grupo, embora, de um modo geral, ainda não se possam considerar separados do rural.

A utilização do espaço, na sua relação com o rural, está assim limitada a quatro possibilidades: separada do rural; subordinada a entidades exteriores ao rural; comandada por objectivos exteriores ao rural/território e, finalmente, a situação em que o espaço é ainda território do rural. Esta última realidade está hoje muito erosionada. O espaço começa a estar dissociado do rural, ou seja, este tem vindo a perder o seu território.

Como é evidente, esta síntese e este enunciado são demasiado esquemáticos, mas permitem sublinhar uma situação já hoje relevante, embora ainda não generalizável a todas as manchas das diversificadas estruturas de povoamento e de utilização do espaço do Continente português.

O rural

Depois do balanço do lado da utilização do espaço, um apontamento sobre o rural. Como antes se referiu, tem-se por assente que a separação entre o urbano e o rural, e a diferenciação deste, assentam hoje mais em critérios relativos à actividade da população e ao modo como esta se distribui pelo espaço, do que em decisivas diferenças sociológicas. É também neste sentido que vão as conclusões de Reis (2003), Nave (2003) e Reis e Lima (1998).

Este consenso não apaga, no entanto, um outro debate. O rural, ou os rurais na sua múltipla diversidade, nos seus contextos socioeconómicos e institucionais, vêm ganhando novos contornos e funções ou limitam-se a ser os velhos rurais agrícolas agora emagrecidos da agricultura. Molinero (1999), para Espanha, responde com clareza: "Não parece que tenha havido um enriquecimento de funções no espaço rural, mas sim uma contracção, com uma incipiente diversificação, baseada no lazer, no turismo rural, na hotelaria e na valorização do património natural e cultural". No mesmo sentido argumentam Hoggart e Paniagua (2001a e 2001b). Também Pérez-Yruela *et al.* (2000), ao fazerem o balanço do estudo de quatro comunidades locais, concluem: "As novas actividades são ainda uma parte muito pequena da

economia e o seu crescimento não parece que vá ser importante a curto e médio prazo”.

Este debate não se refere, bem entendido, ao rural urbano, ou seja, às zonas rurais com densidades populacionais muito elevadas e imersas em contextos espaciais polarizados pelas cidades de maior dimensão ou por uma intensa dispersão geográfica de indústrias e serviços. Deixa ainda de lado as manchas onde se mantêm um rural agrícola. Também não se centra nas zonas rurais de média densidade populacional (tomem-se como referência os 50 a 60 habitantes/km²), com uma ampla presença da população que trabalha nos serviços e na indústria. Esta população é muitas vezes obrigada a movimentos pendulares quotidianos entre o local de residência e as cidades ou os sítios específicos (praias, núcleos industriais e outras) onde se localizam as actividades, em que a população rural trabalha. São geralmente zonas rurais com uma diversificação de funções já relativamente consolidada.

Restam as zonas rurais cuja característica principal é a baixa densidade populacional. É o mundo que abrange o interior algarvio, todo o Alentejo, o interior do distrito de Santarém, uma larga faixa raiana que se prolonga pelos distritos de Castelo Branco, Guarda e Bragança, e o Barroso no distrito de Vila Real, ou seja, mais de metade da área rural do Continente, mas onde apenas vive um sétimo da população rural (cf. Novais *et al.*, 2000).

Para este rural, a resposta à questão colocada já teve antes uma primeira resposta: o rural tem vindo a perder o seu território e, portanto, já não é o velho rural agrícola, agora erosionado mas ainda associado a um espaço/território onde se desenvolviam as suas actividades agrárias. Esta conclusão aplica-se também ao rural da indústria e dos serviços.

Neste último caso há, no entanto, uma diversificação de funções já consolidada que, em larga medida, não passa pelo espaço. Resta assim apurar, ao nível de funções não ligadas ao espaço, o que se passa com o rural de baixa densidade populacional.

As indicações do *Recenseamento da População de 2001* parecem aqui confirmar as tendências que vinham dos períodos anteriores. A população continua em queda, ainda que mais atenuada; os que se declararam com actividade agrícola diminuíram drasticamente, bem como os que exerciam ofícios e profissões tradicionais como independentes (por conta-própria e sem assalariados). Estas quebras, apenas muito parcialmente foram compensadas pela subida noutras profissões, sendo aqui de destacar uma subida, ainda que débil, de padrões e empresários, e de profissões técnicas e científicas. Estas últimas evoluções podem ser, de qualquer modo, um sinal de mudanças que estão a ocorrer no rural.

Infelizmente não se dispõe de muitos estudos que possam ajudar a interpretar este sinal. Algumas constatações empíricas podem, nesta circunstância, ser úteis. De percursos feitos por várias regiões do Continente ressaltaram duas constatações. Os projectos estratégicos de muitos autarcas deste

mundo rural passam por apostas “urbanas” (um centro de música, por exemplo, num concelho do sul do país), dado que não lhes parece viável refazer a relação do rural com o espaço que o cerca. Também, e pelo mesmo motivo, muitos dos projectos de desenvolvimento rural privilegiavam mais opções de serviços ou pequenas indústrias e artesanatos, localizados em aglomerados populacionais, do que acções com implicação na utilização do espaço.

Pode assim admitir-se, como hipótese, que aquela débil evolução demográfica de quadros técnicos e científicos, e também de empresários, se associa sobretudo a estas ténues tendências do mundo rural. Esta hipótese ganha legitimidade nas conclusões de um estudo sobre um local-rural: “A crescente apropriação externa dos recursos, terra e recursos naturais, associada à reestruturação da agricultura, continuam a expulsar população. Contudo, não se assiste ao fim do meio rural já que as comunidades locais se reorganizam à volta das localidades, em actividades não agrícolas (principalmente serviços) assentes num poder local autónomo que representa estes novos interesses. A nova estrutura económica, embora apresente uma certa estabilidade, está em parte importante ainda por consolidar, revelando demasiada dependência em relação a financiamentos externos principalmente públicos” (Veiga, 2005a). Parece, assim, que o próprio rural começa a percorrer dinâmicas que não passam pelo espaço que o circunda. Ou seja, assiste-se a tentativas de desenvolvimento local, num contexto de ruptura entre os aglomerados rurais e o espaço que os rodeia.

Um final adiado

De algum modo, o rural, ou seja, o povo que vive espalhado pelo espaço em pequenos aglomerados, está agora livre de muitos fardos que, desde sempre, foi acarretando. Esta libertação, convém sublinhá-lo, não significa que o rural consiga sobreviver. Mas isto é um problema de desenvolvimento, que agora se deixa de lado. Aqui apenas importa completar uma história, já referida no início e que o debate sobre o desenvolvimento não pode ignorar.

Há um século ainda não havia rural, mas sociedade rural. Santuário de virtudes (propagandeavam os seus defensores) e terra de senhores (naturalmente também virtuosos) que, instalados em palacetes e assentados nos seus domínios fundiários, arrecadavam rendas e outros proventos, e administravam os súbditos locais. Estes, a única esperança que podiam ter, era partir, emigrar, fugir. Vieram a fazê-lo massivamente nos anos sessenta, mas antes disso tiveram de se empenhar, com um trabalho penoso, no arroteamento dos imensos incultos que já vinham do século anterior, num processo em que as mãos ainda contavam mais do que as técnicas.

Depois, logo que puderam, emigraram, como já se referiu. Foram ainda para as cidades e os que ficavam, sempre que possível, iam trabalhar em fábricas e serviços, compatíveis com uma ida e volta diárias. Os filhos já não queriam ser o que os pais eram, mas estes também já não ambicionavam para

os filhos um destino idêntico ao que tinham percorrido. As virtudes da sociedade rural eram cada vez menores.

Com a fuga do povo rural da agricultura e das aldeias, faltou mão-de-obra e entraram a motomecanização e outras técnicas adequadas. Os senhores da terra, sentiram que a propriedade já não lhes assegurava poder e sustento. Uns investiram e tornaram-se poderosos capitalistas agrários; os que não o puderam fazer procuraram soluções nas cidades ou na venda de patrimónios. O governo de aldeias e montes pela propriedade fundiária ia ficando muito apalado. A Igreja, elo decisivo na tradicional ordem rural, perdia também convicção.

Com a chegada da democracia em 1974, desmoronou-se o que ainda restava do poder local da terra. A fuga dos campos prosseguiu e os que ficavam tinham ainda como ambição trabalhar fora da agricultura. Os debates sobre a política nacional invadiram cafés e tabernas. A escola e os cuidados de saúde tornaram-se mais próximos. As estradas romperam isolamentos e a televisão padronizou comportamentos. A sociedade rural deu lugar ao rural. Depois foi a história que aqui se contou: desenha-se a separação entre o rural e o espaço.